Artigo original
https://doi.org/10.54260/eb.v39i147.969
ESTUDOS BÍBLICOS

Novos olhares para o exílio babilônico:

uma intertextualidade entre Jr 29,5-7 e os tabletes de Āl-Yāḫūdu

New perspectives at the Babylonian exile: an intertextuality between Jer 29,5-7 and the tablets of Āl-Yāḫūdu

Douglas Pedrosa*

* Mestre e doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, Brasil.
douglaspedrosasf@gmail.com

Recebido em: 30/01/2023
Aprovado em: 07/12/2023

Licença *Creative Commons* CC BY-NC 4.0

Resumo

A partir da intertextualidade entre fontes bíblica e extrabíblica, a presente pesquisa busca analisar a vida dos deportados de Judá para a Babilônia, nos séculos VI e V AEC. Para esse fim, propõe-se um diálogo entre o texto bíblico de Jr 29,5-7 e os tabletes de Āl-Yāḫūdu. Neste artigo, estabelecemos três principais caminhos a serem seguidos: o primeiro se delimita em introduzir as informações gerais a respeito do corpus de Āl-Yāḫūdu e sua relevância para a atual pesquisa do exílio de Judá. No segundo momento, a pesquisa se concentra, principalmente, nos imperativos que são utilizados no texto de Jr 29,5-7. Por último, sugere-se possíveis conexões entre Jr 29,5-7 e os seis tabletes que selecionamos do corpus Āl-Yāḫūdu, buscando compreender se as ordens emergenciais expressas na fonte bíblica são possíveis de serem encontradas nos registros extrabíblicos.

Palavras-chave: Diáspora judaíta. Exegese bíblica. Cultura material.

Abstract

Based on the intertextuality between biblical and extra-biblical sources, the present research seeks to analyze the life of the deportees from Judah to Babylon in the sixth and fifth centuries B.C.E. To this end, a dialogue is proposed between the biblical text of Jer 29:5-7 and the tablets of Āl-Yāḫūdu. In this paper, we have established three main paths to be followed: the first is delimited in introducing the general information regarding the corpus of Āl-Yāḫūdu and its relevance to the current research of the exile of Judah. In the second moment, the research focuses primarily on the imperatives that are used in the text of Jer 29:5-7. Finally, possible connections are suggested between Jer 29:5-7 and the six tablets we have selected from the corpus Āl-Yāḫūdu, seeking to understand whether the emergency commands

abib
Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica

expressed in the biblical source are possible to be found in the extrabiblical records.

Keywords: Judaite Diaspora. Biblical exegesis. Material culture.

1 Introdução

O exílio de Judá ocorreu em três datações: 597, 586 e 582 AEC e, a maioria das informações que obtemos por intermédio de numerosas e importantes pesquisas científicas, são de cunho teológico, a partir dos textos da Bíblia hebraica. Com base na descoberta de documentos redigidos em escrita cuneiforme, que são tabletes de argila datados dos séculos VI e V AEC, o cenário da pesquisa do exílio de Judá ganha novos contornos. A publicação das fontes de Āl-Yāḫūdu nos ajuda a lançar luz sobre a vida material dos deportados de Judá na Babilônia. Portanto, estamos diante de novas possibilidades para a pesquisa de um tema muito caro para a Bíblia hebraica.

É a partir da intertextualidade que se torna possível propor um diálogo entre exegese bíblica e arqueologia, a fim de sugerir como se deu o cotidiano dos judaítas durante os impérios babilônico e persa. Por um lado, encontra-se a exegese do texto bíblico de Jr 29,5-7, que faz parte do bloco que compõem os capítulos Jr 27-29 e está inserido na primeira carta enviada aos deportados na Babilônia (Jr 29,1-15). Neste conjunto de textos, o redator procura amenizar o conflito de resistência à dominação babilônica e a primeira carta enviada aos deportados (Jr 29,1-15) busca legitimar a permanência e pacificidade dos judaítas na nova residência, isto é, na zona rural do novo império. Logo, a ênfase que damos na análise exegética neste artigo, se concentra no uso intensivo que o autor faz dos verbos no imperativo. Isso nos indica explicitamente a pretensão do documento em atingir e despertar seus ouvintes. Fundamentalmente, o texto carrega diretrizes que deviam ser cumpridas emergencialmente.

Por outro lado, muito em razão da carta recebida em tom de urgência, propusemos analisar a resposta dos judaítas pelo que consta na cultura material, isto é: a nossa análise se dá a partir dos tabletes de Āl-Yāḫūdu. Portanto, selecionamos para esta pesquisa seis documentos, que fazem parte de um corpus maior, formado por aproximadamente 250 tabletes. Os textos de Āl-Yāḫūdu são fontes que documentavam as atividades dos judaítas, sobretudo, suas transações comerciais na zona rural. Os tabletes cobrem 95 anos da vida material dos deportados assentados em aldeias, que ficavam às margens dos rios do império.

Finalmente, sob as análises de fontes distintas, procurou-se chegar às conclusões propositivas para o estudo da deportação de Judá para a Babilônia. Além de apresentar novas informações, a intertextualidade entre a exegese bíblica de Jr 29,5-7 e os tabletes de Āl-Yāḫūdu, a pesquisa também propõe novas e possíveis perspectivas para o estudo do exílio de Judá na América Latina.

2 O bloco textual de Jr 27-29

Os capítulos 27-29 formavam, em certo tempo, uma coleção separada, como é provado tanto pelo seu estilo quanto pelo seu tema. Aqui, o nome do rei babilônico é originalmente escrito "Nebuchadnezzar" ao invés de "Nebuchadrezzar". Couturier (2007, p. 548), afirma que os capítulos de Jr 27-29 abordam a controvérsia de Jeremias com os "falsos" profetas (27,10.14.15.16; 28,15; 29,9.21.23.31). Todavia, esse embate no bloco 27-29 emerge de uma proposta de submissão dos judaítas à Babilônia como imperativo divino para suas vidas.

O primeiro capítulo do bloco (Jr 27), reúne em si oráculos em total apoio à Babilônia. Com mudanças de tempo, personagens e de conteúdo geral, o v. 1 assinala o início de um novo assunto que se desvincula, então, da perícope anterior. De acordo com os vv.3-8, percebemos uma interferência do profeta Jeremias no contexto do convênio político-diplomático que terá reunido em Jerusalém, sob provável instigação egípcia, os emissários dos estados de Edom, Moab, Amon, Tiro e Sídon (VIEIRA, 2019, p. 185).

O capítulo 28 apresenta o conflito direto entre os profetas Jeremias e Hananias. A marca de uma nova seção iniciada pode ser percebida através da introdução de uma nova situação. Afinal, o texto se dedica exclusivamente ao embate profético, ocorrido no templo de Jerusalém (v. 1). Dessa forma, se o capítulo 27 põe Jeremias deslegitimando os "falsos" profetas, os quais pregavam a não submissão à Babilônia, agora, uma identidade é precisamente revelada. Hananias é o profeta entusiasmado que chegou a datar em dois anos o retorno dos deportados para Judá, reforçando, então, a proposta de uma coalizão dos pequenos estados do ocidente anti-Babilônia (v. 3).

O capítulo 29 inicia-se e a delimitação da unidade em Jr 29,1-15 fundamenta-se pelo tema da carta do profeta enviada aos deportados na Babilônia. Embora o pano de fundo continue sendo a dimensão político-ideológica pró-Babilônia da parte de Jeremias, destacam-se nesta perícope as mudanças de assunto, geografia e do público-alvo, conforme evidenciado no v. 1: "E estas [são] as palavras do livro que Jeremias, o profeta, enviou de Jerusalém". Jr 29 transfere para as comunidades exiladas na Babilônia o horizonte da conflituosidade sociopolítica e ideológica em torno da suserania neobabilônica e introduz uma perspectiva de restauração aparentemente em benefício exclusivo dos deportados de 597 AEC (VIEIRA, 2019, p. 190). Sendo assim, estamos diante de uma outra perícope, uma vez que um novo oráculo profético ou uma nova mensagem podem ser demarcadas por um vocativo que explicita a quem tais palavras são dirigidas (SILVA, 2000, p. 71).

2.1 Jr 29,1-15: a primeira carta aos deportados de Judá na Babilônia

Percebemos que, enquanto nos capítulos 27 e 28 Jeremias se dirige aos judaítas situados em Jerusalém, em Jr 29,1-15 a sua comunicação se dá com os judaítas deportados, por carta enviada aos anciãos, sacerdotes, profetas e todo o povo na Babilônia (v. 1). O documento foi conduzido por intermédio de Elasa, filho de Safã, e Gemarias, filho de Hilquias. A sua datação é imprecisa, mas somos informados pelo texto que o envio do documento se deu após a saída de Jeconias, o rei, da rainha-mãe, dos palacianos, dos príncipes de Judá e Jerusalém, do artesão e do serralheiro de Jerusalém (v. 3).

Os vv.4a,8a se apresentam como títulos para os conselhos que virão nos blocos a seguir (vv. 5-7; 8b-9). Dessa forma, a frase "assim diz YHWH Tsevaôte, o Deus de Israel" introduz como título e ratificam que os assuntos posteriormente tratados são proferidos por YHWH Tsevaôte, o Deus de Israel. Aqui fica explícito que o narrador destaca uma questão caríssima para introdução dos conselhos proféticos destinados aos deportados, isto é, que todas as palavras da carta são palavras divinas.

O principal conteúdo da carta se dedica a três elaborações: a instalação de suas vidas na Babilônia de modo duradouro, mas não permanente, através do casamento, do comércio, da ampliação das gerações e da busca pela prosperidade do novo local. De acordo com Vieira, Jeremias está suscitando os deportados a acolherem a Babilônia como espaço de vivência efetivo (presente) e aparentemente transgeracional (futuro) da comunidade deportada (vv. 5-7). Além disso, a carta tem na segunda parte de seu conteúdo a retomada do conflito entre vozes políticas que exercem influência sobre os judaítas. O texto reitera

um comportamento de negação das falácias proféticas levantadas na Babilônia (vv. 15,8-9). Por fim, a última elaboração se dá nos vv. 10-14, que após os 70 anos completados, haveria uma mudança de destino, uma vez que YHWH reuniria os judaítas que foram espalhados e os traria de volta à sua terra.

2.2 Jr 29,5-7: Ordens aos deportados de Judá na Babilônia: interajam-se culturalmente!

> Edificai casas e habitai; e plantai jardins e comei o fruto deles.
> E tomai mulheres e gerai filhos e filhas, e tomai para vossos filhos mulheres, e as vossas filhas, dai para maridos, e que gerem filhos e filhas e lá vos multiplicai e não diminuais.
> E procurai a paz da cidade que eu fiz deportar a vós para lá e suplicai em favor dela a YHWH; porque na paz dela haverá paz para vós (Jr 29,5-7[1]).

Os vv. 5-7 ordenam uma fortíssima interação cultural, por intermédio das relações econômicas e matrimoniais, dos judaítas com as minorias étnicas e com os babilônios. A partir de sua estrutura, o autor propõe que o documento é testemunhado, conforme a sua segunda carta em Jr 29,23 e também autenticado por YHWH, de acordo com sua abertura em Jr 29,4.

Holladay (1983, p. 145), ao comparar as cartas do capítulo 29 com as epístolas encontradas no antigo Oriente Próximo, afirma que:

> As cartas começavam com uma forma exatamente como nossos memorandos internos, 'De: X; Para: Y', embora frequentemente a metade 'de' seja omitida. Esta forma de endereço é encontrada aqui em 29,4, como a pontuação 'Estas são as palavras do Senhor dos Exércitos, o Deus de Israel: A todos os deportados que carreguei de Jerusalém para a Babilônia'. Neste endereço modificado, então, temos 'De: Yahweh; Para: Os deportados'.

No v. 4 é a primeira vez que "a fórmula do mensageiro" (assim diz YHWH) aparece e, do mesmo modo, está presente nos vv.8,10,15,16,17,21,31, desempenhando o principal elemento de coesão do nosso texto. De acordo com Lacomini Jr e Colli (2018, p.57),

> Havia duas formas de proclamação da mensagem, aquela baseada na oralidade e a dos atos simbólicos. O testemunho oral é claramente identificado nos relatos bíblicos, mediante o uso do que se convencionou chamar de 'a fórmula do mensageiro': Uma vez pronunciada tal introdução, desaparece do discurso o mensageiro. Este se torna apenas uma voz, que transmite o conteúdo literal e integral que lhe foi ditado pelo remetente. A regra é não acrescentar nem omitir coisa alguma, conforme ordena Dt 4.2 (a chamada 'fórmula canônica'; a ordem é repetida, de modo explícito, ao profeta Jeremias em Jr 26.2). Para usar uma analogia contemporânea, é possível dizer que o profeta deveria agir como um aparelho de rádio – propagando a mensagem de Deus sem nela interferir.

Além da "fórmula do mensageiro" composta pelo tetragrammaton, o texto utiliza na narrativa os epítetos "Tsevaôte" e "Elohim", junto de suas combinações. De acordo com

[1] Tradução Instrumental realizada pelo autor do artigo.

Harris, Archer e Waltke (1998, p. 1257), Iavé dos Exércitos é um nome especial para Deus e que Iavé e Elôhim ocorrem junto com tsebã'ôt umas 285 vezes, a maioria delas em Jeremias (77). Na quase totalidade das vezes, a palavra tsebã'ôt vem depois de YHWH (cerca de 261 vezes); vem também depois de 'lõhê (18 vezes). Há muitas vezes uma elaboração de títulos divinos, tais como: yhwh tsebã'ôt 'lõhê yisrã'êl (37 ocorrências).

Francisco (2018, p. 89) acrescenta que o epíteto Tsevaôte é um dos principais nomes sacros da deidade de Israel na Bíblia Hebraica e que o vocábulo em referência à entidade divina de Israel, neste item lexical, poderia ser tratado como alusão a todos os exércitos ou poderes possíveis. Portanto, é importante ressaltar que epítetos divinos transmitem poder e dominância ao lado da "fórmula do mensageiro". O texto hebraico expande o epíteto divino, a fim de que a leitura torne-se "Assim diz YHWH Tsevaôte, o Elohim de Israel", nos vv. 4,8,17,21,25.

Os vv. 5-7 são considerados nesta pesquisa o seu núcleo, a fonte das ordenanças da narrativa aos deportados. Osuji (2010, p. 271) aponta um encadeamento das atividades dos deportados conforme estes vão se adaptando à nova vida de assentados na Babilônia, as quais começam com as necessidades básicas para uma pessoa ou comunidade se estabelecer em um novo ambiente (v. 5), estende-se ao plano para o futuro ou posteridade (v. 6) e regula a vida cúltica e social em meio a tudo isso (v. 7). Por intermédio dos verbos edificar, habitar; plantar, comer; casar e dar-se em casamento encontrar-se-á a paz da cidade / terra e dos deportados.

Jr 29,5-7 pode ser vista, claramente, como alusão à Dt 20, visto que, de acordo com Dt 20,5-8, havia ocasiões em que pessoas poderiam ser isentas das atividades militares: qualquer um que construiu uma nova casa, mas não a dedicou; que plantou uma vinha, mas ainda não desfrutou de seus frutos; que ficou noivo de uma mulher, mas ainda não se casou com ela. A razão para a isenção de pessoas engajadas nessas atividades é que essas tarefas significam bênçãos associadas à vida da nação na terra dada a eles por YHWH. No entanto, a expressão "plantar jardins" nos chama à atenção por conta da diferença existente entre os solos para plantio da antiga moradia dos judaítas e a nova condição econômica, que se baseava no modelo terra por serviço na Babilônia.

Os verbos do v. 5 "edificai e habitai; plantai e comei", além de poder indicar uma sequência de execuções na nova terra, introduzem a orientação dada por YHWH quanto ao retorno no v. 10, afirmando que a sua boa palavra seria sobre eles após 70 anos. Nesse sentido, edificar e habitar, plantar e comer, sinalizavam um tempo duradouro de deportação que os judaítas vivenciariam na Babilônia.

O v. 6 parece pressionar os judaítas, ao usar a ordem do casamento duas vezes, à ascensão socioeconômica e o entrelaçamento cultural onde foram assentados, buscando uma relação sem obstáculos com babilônios e outras etnias. Com essa ênfase, Jeremias parece não obrigar seus destinatários a respeitar a proibição de casamento com membros de outros povos (cf. por exemplo Êx 34,16; Dt 7,3). O profeta teria chamado os deportados para rescindir as fronteiras entre os povos. Logo, o resultado desse convite será ecoado no pós-deportação, com as instruções de Esdras e Neemias quanto ao casamento misto.

Bons (2017, p. 17) salienta que as observações de Ed 9,12 mostram que o casamento e a troca de bens são realidades estreitamente interligadas, apontando que, especialmente no Oriente Próximo (e não só lá) um casamento serve, dentre outras coisas, também para expandir o quadro econômico e financeiro de uma família.

O v. 7 se inicia com uma outra ordem e emprega o verbo "procurai". De acordo com Harris, Archer e Waltke (1998, p. 327-328), este verbo compreende o sentido da procura cuidadosa e atenciosamente por algo. Além disso, o verbete também envolve a ação pelo

bem-estar dos outros (DENNINGER, 2011, p. 969). Portanto, o v. 7 parece nos indicar que a procura atenciosa são ações possíveis aos judaítas nos primeiros anos de suas instalações, através da participação do construir, habitar; plantar, comer; casar e dar-se em casamento. O v. 7 emoldura e sinaliza o que é paz na nova terra e YHWH os orienta para que procurem o bem da Babilônia, como parte do seu plano para o bem-estar deles também. Portanto, a última ordem profética do bloco (vv. 5-7), está relacionada a paz de YHWH noutro lugar, em um território bem distante de Judá. O texto nos informa que o shalom em terra estrangeira é possível, pois a presença de YHWH é universal e não se limita ao templo de Jerusalém. Haverá Shalom no estrangeiro, não em leru-shalem, a cidade da paz. Por isso, a súplica (verbo no imperativo do hitpael) em favor da paz pela Babilônia se põe como o ponto mais alto do texto. A procura pela paz da cidade (TM) ou terra (LXX) não restringe à capital, mas compreende a paz do núcleo ou dos núcleos (função distributiva) em que os deportados foram assentados.

Os verbos no imperativo apontam para o presente e futuro dos judaítas. Primeiro, com os imperativos "construí, plantai, tomai, tomai e dai" (2a. pes. pl. masc.), a carta convida os deportados às questões que são praticáveis no seu presente. Depois, os imperativos da segunda série não são, de fato, exigências, mas promessas de que todo empreendimento do presente terá sucesso (KILPP, 1988, p. 11-12). Do mesmo modo, as ordenanças enviadas de maneira imperativa aos deportados na Babilônia ecoam como fórmulas ironicamente tradicionais sobre bênçãos contínuas na terra dada por YHWH. A Babilônia deveria ser acolhida como o novo lar entregue por YHWH aos judaítas. Igualmente, as atividades de construir, plantar e casar eram expressões da vontade divina para aqueles na deportação, que poderiam estabelecê-la como sua própria terra e viver a vida em toda a extensão possível (ALLEN, 2008).

Após destacar os elementos da fonte bíblica, dando ênfase nos imperativos da carta aos exilados, visamos no próximo tópico apresentar as principais informações dos tabletes de Āl-Yāḫūdu. Após isto, no último tópico propomos a intertextualidade, a fim de concluir se as ordens emitidas pelo autor da carta são respondidas nos ordinários registros jurídico-administrativos.

3 Os tabletes de Āl-Yāḫūdu e arredores

As informações a respeito do histórico dos tabletes, sua procedência e os assiriólogos responsáveis pelas publicações destes documentos, foram detalhadamente abordadas noutro artigo (PEDROSA, 2022a, p. 171-188). Todavia, para situar a importância das fontes de Āl-Yāḫūdu, salientamos alguns pontos fundamentais nesta pesquisa.

Primeiro, o corpus é formado por textos de natureza jurídico-administrativos. Eles eram redigidos por escribas da Babilônia, os quais registravam as transações comerciais entre judaítas e também de judaítas com outras etnias (arameus, egípcios, babilônios, assírios, etc). Na aldeia de Āl-Yāḫūdu, seus habitantes registravam suas notas de empréstimo, dívidas e recibos de arrendamento de terras. Hackl (2017, p. 127), acrescenta que documentos familiares e títulos de propriedade estão em grande parte ausentes, com exceção das notas fiscais (principalmente de animais).

O segundo aspecto importante diz respeito à datação dos documentos. Os tabletes datam do ano 572-477 AEC e, dessa maneira, tornou-se possível estudar quatro gerações de indivíduos que residiam às margens dos rios da Babilônia. Assim, sabe-se que, 15 anos após a deportação de 597 AEC, temos o primeiro registro de judaítas neste império e que

o último tablete data do 9º ano do reinado de Xerxes. Consequentemente, a vida material dos judaítas nos impérios babilônico e persa é amplamente documentada nos tabletes de Āl-Yāḫūdu, como em nenhum outro lugar.

Terceiro, o ¬corpus carrega uma quantidade elevada de nomes Yahwísticos, diferente de outros antropônimos que também são encontrados nos documentos.

> O corpus de Āl-Yāḫūdu e arredores está numa categoria distinta de outros arquivos privados da Babilônia. Inclusive, o corpus Murašû (455-404 AEC), também relevante na reconstrução histórica dos judaítas na Babilônia, não apresenta tantos nomes Yahwísticos como esse arquivo. De maneira oposta, os nomes Yahwísticos mal aparecem nos textos Murašû (1,4%, ou 36 de 2.500 nomes) (PEDROSA, 2022b, p. 164).

Por outro lado, a proporção de nomes Yahwísticos em todo o corpus de Āl-Yāḫūdu é extraordinariamente alta (20,5%, ou 176 de 857 indivíduos) e diverge dos padrões conhecidos de representação e aparição onomástica de comunidades estrangeiras nos vários registros textuais da Babilônia, onde eles são, na melhor das hipóteses, representados à margem (DELORME, 2019, p. 82).

O último aspecto que consideramos relevante destacar neste tópico, relaciona-se à ascensão socioeconômica dos judaítas exilados. A vida em Nippur desafiava-os na tarefa de entregar os impostos atribuídos regularmente e servir ao rei a cada ano por um tempo limitado em serviços militares ou trabalho obrigatório, por exemplo, para projetos de construção (BERLEJUNG, 2017, p. 102). Dentro de uma geração da deportação, os judaítas estavam ligados às terras da coroa, o que evidencia que os indivíduos tinham o status jurídico de dependentes (PEARCE, 2011, p. 271).

Finalmente, sabe-se que as fontes em cuneiforme nos oferecem uma oportunidade única de estudar as condições socioeconômicas em evolução e as práticas culturais em mudança de um grupo considerável de exilados por um longo período de tempo (WAERZERGGERS, 2015, p. 180). No tocante, os descendentes da primeira e segunda geração de judaítas deportados nasceram na Babilônia, convivendo com terras aráveis no ambiente rural e o resultado disso veio na terceira geração dos deportados, visivelmente nas transações de Ahiqam[2]O. Diante destas comprovações materiais, os próximos tópicos visam identificar o fenômeno da aculturação e ascensão socioeconômica dos judaítas a partir da carta enviada de Jerusalém para a Babilônia.

4 A intertextualidade entre Jr 29,5-7 e os tabletes CUSAS 28 2-4; 8; 15 e AfO 51

O objetivo deste último tópico, é realizar uma intertextualidade entre as reflexões exegéticas de Jr 29,5-7 e os tabletes da aldeia de Āl-Yāḫūdu, buscando localizar as reverberações dos imperativos do texto bíblico no cotidiano das quatro gerações atestadas nas fontes cuneiformes.

Na primeira parte, retomamos os aspectos essenciais do comentário exegético, enfatizando o bloco que compõe os verbos no imperativo (vv. 5-7). Pretendemos ampliar sua

[2] Para mais informações sobre a árvore genealógica e transações comerciais de Ahiqam, consultar Pedrosa (2022b, p. 162-171).

compreensão, dialogando com os gramáticos do hebraico bíblico e, por intermédio deste estudo, consideramos possível identificar os elementos primordiais dentro de toda a primeira carta aos deportados na Babilônia.

Em um segundo momento, apresentamos efetivamente a intertextualidade entre as fontes bíblica e extrabíblica. Evidentemente, nos capítulos anteriores buscamos nos calçar com as informações da exegese bíblica de Jr 29,5-7 e o conteúdo existente nos documentos de Āl-Yāḫūdu. A partir destas referências, o tópico se encarrega de apresentar os dados que constam nos tabletes e dialogam diretamente com o bloco central da carta enviada aos deportados (Jr 29,5-7). Conforme se aperceberá nesta parte, cada tablete virá acompanhado de seus comentários analíticos e o possível contato existente entre as fontes bíblica e extrabíblica em questão.

Em suma, sublinhamos que as perspectivas aqui apresentadas buscarão apontar possíveis caminhos, uma vez que os tabletes de Āl-Yāḫūdu são de recente publicação e há muito o que se explorar nessas fontes. A fim de trazer novos apontamentos exegéticos e arqueológicos, a pesquisa introduziu a cultura material nos estudos das deportações de Jerusalém para a Babilônia e pretende cooperar com o enriquecido estudo bíblico na América Latina.

4.1 Os vv. 5-7 como bloco elementar da exegese de Jr 29,1-15

A carta aos deportados procura fomentar entre os assentados um comportamento de não-resistência à nova vida e em contrapartida o forte entrelaçamento cultural com os babilônios e pessoas de outras etnias naquela realidade. Os elementos verbais usados em Jr 29,5-7 indicam que as ordens são emergenciais e se mostram como diretrizes dadas pelo próprio YHWH. Em decorrência disso, percebemos a utilização do elemento mais importante para coesão e legitimidade do capítulo Jr 29. O v.4 abre o conteúdo do texto aos deportados usando "a fórmula do mensageiro" (assim diz YHWH). Portanto, os imperativos que seguem após a fórmula estão como palavras de YHWH e não mais do autor de sua carta. Dessa forma, os vv. 5-7 são legitimados por YHWH para o convencimento dos seus ouvintes à submissão à Babilônia, à acomodação e relacionamento pacífico, já na primeira geração de deportados.

Além da narrativa assegurar as orientações como vontade divina, quando utiliza os verbos no modo imperativo o texto expressa que as ordens ali transmitidas deveriam ser postas em prática urgentemente. Os ouvintes das diretrizes estavam sendo convocados a abandonar qualquer proposta de um rápido retorno, apegarem-se à nova terra e a praticar a construção, o plantio, o casamento e a busca pela paz da Babilônia.

Por intermédio do v. 5, somos informados que os judaítas deveriam se mostrar abertos à permanência com a construção de casas em Nippur e lá se dedicarem ao plantio. No primeiro momento, eles receberam as terras da coroa, a fim de cultivá-las, e o desafio imposto aos deportados deu-se quanto à agricultura neste novo local. Ademais, Mueller (2020, p. 285) nos informa que ler Jeremias 29,5 à luz do cultivo dos jardins de tâmaras da Mesopotâmia tem implicações, inclusive, para a datação do texto. A cidade de Nippur estava em declínio e necessitava de maior cultivo de tâmaras. Portanto, a fim de se aproximar economicamente de outros centros urbanos da Babilônia, dar crédito ao conselho de Jeremias para plantar jardins irá contribuir para a "paz" da cidade. Ademais, parece que o autor tinha um certo conhecimento do novo ambiente agrícola dos seus compatriotas e instrui os deportados conforme a região onde foram assentados. Nippur tinha passado por

um longo período de cercos e embates no governo de Nabopolassar e levaria tempo para se tornar terras novamente aráveis, como fora outrora.

O v. 6 enfatiza a ordem do casamento para os deportados visando a instalação fixa e também de ascensão socioeconômica do grupo. Após a deportação de 597 AEC, a permanência de muitos judaítas se deu em razão dos casamentos realizados na Babilônia e Pérsia. A resistência existente em Ed 9,12;14 demonstra que os contratos matrimoniais aconteciam entre judaítas e outras etnias. Jr 29,6 ordena o matrimônio utilizando os verbos "tomar" (2x) e "entregar" e, por intermédio destes termos, determina que os judaítas estabeleçam vínculos familiares com outras etnias nas primeiras décadas de deportação.

No último versículo do bloco elementar da nossa exegese, encontramos as ordens pela súplica a YHWH e a procura pela paz da terra onde foram assentados. Bons (2017, p. 17) declara que o verbo procurar e o substantivo shalom são vistos em harmonia na Bíblia hebraica e nos manuscritos de Qunrãn. O substantivo shalom aparece como objeto direto do verbo procurar, com semelhantes traços com a carta aos exilados (Jr 29,7). Portanto, destacamos que o texto de Dt 23,7[3] apresenta a relação entre o verbo procurar e o substantivo shalom, mas o faz ao contrário de Jr 29,7. No texto, Deus proíbe os israelitas de buscarem a paz e "o bom" dos amonitas e moabitas.

> O que, portanto, significa a advertência quase idêntica em Dt 23:7 e Esdras 9:12, quando proíbe buscar o šālôm ou o 'bem' dos povos vizinhos, ou daqueles com quem se compartilha o mesmo território? Exegetas recentes reconheceram no uso paralelo de šālôm e ṭôb uma expressão de origens acadianas. No contexto da relação entre duas nações, esta expressão descreve uma situação marcada pela paz e pela amizade, à qual as duas nações se comprometem por meio de um tratado. Se esta interpretação for correta, então a proibição de se estabelecer um tratado de paz e amizade significa que ambos os povos vivam lado a lado, sem buscar relações de boa vizinhança (BONS, 2017, p. 8).

O v. 7 conclui o bloco introduzindo um aspecto prático da busca pela paz de YHWH. Um novo conceito-chave nos é apresentado em Jr 29,5-7: a súplica pela cidade também está relacionada ao plantio, à participação no comércio e ao casamento. Todas atitudes são permeadas por decisões práticas. Enquanto Ed 9 proclama um comportamento de autoisolamento, Jr 29,5-7 fomenta o bom convívio com os babilônios e com outras etnias. Dessa forma, concluímos que a prática destes conselhos na terra onde os deportados estão promove a paz dos assentamentos de Nippur, que também reflete neles.

4.1.1 O estudo do modo imperativo

Nesta seção, consideramos ampliar as informações sobre o modo imperativo, uma vez que aparece 11 vezes neste bloco (vv. 5-7). Por intermédio do texto, o verbo no imperativo esclarece muito a respeito da intencionalidade/desejo do autor. Dessa forma, a intencionalidade explícita se revela através das ordens dadas no escrito e, de maneira complementar, não apenas carregam o desejo do autor, mas esperam uma resposta do seu destinatário.

[3] Ed 9,12 parece fazer alusão a Dt 23,7.

Kelley (1998, p. 198) declara que os imperativos no hebraico ocorrem somente nas formas da segunda pessoa (masculino e feminino, singular e plural), sendo usados somente para expressar ordens positivas e nunca negativas. Os vv. 5-7 são elaborados de maneira imperativa e alternam entre imperativo + perfeito e imperativo + imperativo. Em razão dessas sequências gramaticais, Lambdin (2003, p. 156) descreve que a primeira sequência revela uma explícita consequência, enquanto imperativo + imperativo expressa a ideia de finalidade ou resultado do (português: "de forma que", "de modo que," "para que").

De acordo com Joüon e Muraoka (2009, p. 130 e 139), o imperativo denota um verbo que expressa um forte desejo e é usado principalmente para uma ação imediata, muito raramente para uma ação mais ou menos remota (que geralmente é expressa pelo futuro).

Finalmente, Shulman (2001, p. 271-287), que em seus estudos sobre o imperativo aplica e se apoia nas teorias linguísticas modernas, na pragmática e na análise do discurso, investigando porções em prosa do Pentateuco e Antigos Profetas da Bíblia hebraica, declara:

> Neste nosso corpus, das 210 passagens em que um falante superior faz um pedido de forma imperativa, em 181 casos (86%) o cumprimento da ordem está registrado no texto. Em 132 casos (63%), o cumprimento é declarado especificamente e em 49 casos (23%) o cumprimento está implícito. Em 17 passagens (8%) não consta o atendimento do pedido, mas é possível que o pedido tenha sido realizado, mas não relatado no texto. Em 12 passagens (6%), um destinatário inferior não atende a um pedido feito por um falante superior, geralmente porque não é capaz de fazê-lo e raramente por desafio (SHULMAN, 2001, p. 276).

Shulman chega à conclusão que os verbos no imperativo são usados para apresentar comandos que o falante percebe como urgentes e geralmente válidos para uma ocasião. Neste sentido, os vv. 5-7 ordenam urgentemente a interação cultural através do casamento misto e da participação efetiva no comércio, na construção de casas e na participação agrícola da nova região onde foram assentados. Evidentemente, edificar, habitar, plantar, casar, procurar a paz e orar a YHWH em prol da nova terra se revelam como atitudes vitais para a sobrevivência dos deportados na Babilônia. Por isso, o bloco central desta carta (vv. 5-7) carrega em si 11 imperativos, os quais são os únicos que encontramos em toda carta de Jr 29,1-15.

De acordo com a observação de Shulman, sugerimos que os imperativos da carta aos deportados fazem parte de diretrizes que foram obedecidas (construir, habitar; plantar, comer; casar e dar-se em casamento), mesmo que o cumprimento delas não seja encontrado na fonte bíblica.

Nas próximas seções, a pesquisa visa indicar as possíveis respostas aos imperativos da carta e por intermédio dos selecionados tabletes de Āl-Yāḫūdu apontar que Jr 29,5-7 encontra efetivas reverberações na vida material dos judaítas já nas primeiras gerações de deportados. Portanto, nos seis documentos em cuneiforme acadiano que apresentaremos a seguir, observar-se-á a participação dos judaítas trabalhando na administração real babilônica, realizando casamento misto, arrendando terras e evoluindo na prática agrícola na zona rural da Babilônia.

4.2 CUSAS 28 2 e o caso da ambiguidade de nomes

Os tabletes CUSAS 28 2-4[4] tratam do mesmo personagem e atestam a participação de um judaíta na Babilônia, nas primeiras décadas da deportação. As fontes são tratativas que envolvem duas notas promissórias de cevada e uma de prata.

O tablete CUSAS 28 2 registra uma responsabilidade de Sidqi-Yama de liquidar uma dívida, que deveria ser paga de duas formas: em espécie e a outra parte em prata, entregando a cevada na época da colheita. Pearce e Wunsh (2014, p. 101) informam que o pagamento de impostos e a liquidação de empréstimos eram feitos tipicamente após a colheita das principais mercadorias (cevada na primavera e tâmaras no outono).

O que nos chama à atenção é o credor Bēl-šarra-uur, filho de Nubâ, que também aparece no texto nº. 3:2 (CUSAS 28 3, linha 2) e sob o nome de Yahu-šarra-uur no nº. 4:2[5]. O intercâmbio de Yahu e Bel como elemento teofórico em seu nome é explicitamente notável e conceituado com "ortografia de substituição". Nomes do tipo DN-šarra-uur ("O..., proteja o rei!) expressam lealdade ao governante e são indicativos de pessoas que buscam uma carreira na administração real. Ele pode ter utilizado nomes em díspares circunstâncias. Além disso, Bel/šarra-uur pode ter sido um funcionário da coroa, na função de agente entre a coroa e os donos do feudo, entregando as mercadorias nos locais destinados a recebê-las na época própria.

Conforme indicado na linha 3 (II. 3) do tablete, a dívida deveria ser paga por Sidqi-Yama a Bēl/ Yāhu-šarra-uur. A partir deste aspecto de cobrança de dívidas, deve-se observar que o elemento Yahwítico é carregado pelo indivíduo que deve. Nesse caso, é possível indicar que os dois indivíduos envolvidos nesta transação são judaítas. Além dos seus nomes, o documento foi assinado em Āl-Yāḫūdu (a aldeia de Judá).

4.2.1 A primeira intertextualidade: a ordem "interajam-se culturalmente" e as transações comerciais dos tabletes CUSAS 28 2-4 e 8

O tablete CUSAS 28 2 é datado no governo de Nabucodonosor II (604-562 AEC), embora acidentalmente sua datação não tenha sido registrada pelo escriba. Pearce e Wunsch consideram provável que o ano de 587 AEC seja a data do tablete CUSAS 28 2.

Uma vez que o documento tenha realmente essa datação, percebe-se que em tão pouco tempo, nos assentamentos rurais, judaítas ocupam funções sociais diferentes. Neste tablete, Sidqi-Yama é devedor e corre sérios riscos de ser taxado com elevados juros (II. 4-5). Além dessa dívida, noutras transações ele também aparece em débito (CUSAS 28 3, 4, 5, 6, 9). Por outro lado, Bēl/ Yāhu-šarra-uur é documentado como credor da transação. Isso evidencia que o judaíta passou a ocupar uma função administrativa à serviço do reinado.

Em relação a Bēl/ Yāhu-šarra-uur, por este mesmo tablete (CUSAS 28 2) somos informados que em pouco tempo o escriba o registrou, em duas transações, com um nome

[4] Em relação aos tabletes selecionados, salientamos que toda a tradução do texto em acadiano foi realizada diretamente do inglês e que a primeira tradução dos tabletes, isto é, do acadiano para o inglês, foi realizada pelas assiriólogas responsáveis, Pearce e Wunsch (2014), Abraham (2005-2006).

[5] EN-LUGAL-URÙ, em CUSAS 28 2: 2, CUSAS 28 3: 2*; ia-hu-ú*-LUGAL-URÙ em CUSAS 28 4: 2.

babilônico. Quanto aos seus nomes registrados pelos escribas babilônicos, isso nos propõe que o judaíta Bēl/ Yāhu-šarra-uur passou, em um curto período, pelo processo de aculturação. Visto que o elemento šarra indica a participação do portador na hierarquia administrativa babilônica, sabemos que Bēl/ Yāhu-šarra-uur apareceu em um contexto da prática social bem conhecida. A distinção e especificidade cultural de alguns dos elementos teofóricos atestados nas ortografias de substituição apontam para um grau de tolerância ou ambivalência em relação aos recém-chegados no ambiente cultural babilônico.

Berlejung (2017, p. 106), destaca que semelhante a Bēl/ Yāhu-šarra-uur (CUSAS 28 2-4), outros conterrâneos nos anos 563-550 AEC desempenharam a função como agentes entre a administração real e os dependentes detentores de feudos de Āl-Yāḫūdu. Por intermédio dos tabletes CUSAS 28 8 e BaAr 6 12 somos informados que Ṭūb-Yāma também desempenhava funções administrativas, como um membro confiável da administração real que supervisiona os deportados nas terras da coroa, coletava a renda de vários feudos de Āl-Yāḫūdu e as entregava ao próximo nível administrativo, o gerente da propriedade. Por ocupar tais funções, tornou-se um indivíduo que havia melhorado seu acesso ao capital econômico e sua influência se estendeu ao ponto de uma aldeia receber o seu nome[6], refletindo sua ascensão socioeconômica.

Os indivíduos Bēl/Yāhu-šarra-uur e Ṭūb-Yāma também nos chamam atenção por outros dois fatores que o CUSAS 28 apresenta.

O primeiro diz respeito às funções exercidas pelos judaítas na administração real. Bēl/ Yāhu-šarra-uur possivelmente tem pretensões diferentes de Ṭūb-Yāma ao utilizar o elemento šarra em seu nome na estrutura administrativa de Nippur e arredores. Nomes podem ser de marcadores de identidade, mas, ao mesmo tempo, servem de vetores de negociações interessantemente sutis, que permitem ao indivíduo transitar mais facilmente na fronteira entre dois grupos (REDE, 2019, p. 13). Infelizmente, como não temos mais registros de sua participação no corpus ficamos limitados em sugerir uma possível ascensão social no império. Pelos contratos de transação, sabe-se que Ṭūb-Yāma também desenvolve funções administrativas, mas o escriba que redige seus contratos não utiliza o elemento šarra. Apesar de ser atestado em apenas dois documentos, somos informados que o tablete CUSAS 28 8 foi escrito na vila que carrega o seu nome, o que já indica uma ascensão social neste tempo.

O segundo fator, refere-se ao fato do nome Yāhu-šarra-uur não ser mencionado em nenhum lugar da Bíblia hebraica, à medida que o nome Ṭūb-Yāma[7], redigido como טוביה (ṭwḇîyāh)[8], aparece inúmeras vezes em Ed 2,60; Ne 2,10; 19; 3,35; 4,1; 6,1; 12,14;17; 7,62; 13,4;7; e redigido como טוֹבִיהוּ (ṭwḇîyāhū) aparece em 2 Cr 17,8; Zc 6,10;14.

Embora não seja recomendável afirmar que Ṭūb-Yāma dos tabletes CUSAS 28 8 e BaAr 6 12 seja o mesmo indivíduo destas fontes bíblicas, ou até mesmo declarar que está na lista dos exilados que retornaram em Ed 2, dois aspectos nos chamam à atenção: (1) é curioso perceber que todos os textos são do período "pós-exílico"; (2) e que as transações

[6] O documento CUSAS 28 8 foi escrito na aldeia que carrega o seu nome e é datada no ano de 551 AEC.

[7] Pearce e Wunsh (2014, p. 19) dizem que o elemento Yahwístico pode aparecer na posição final e inicial, mas ao aparecer no início está ligado ao elemento Yahu e quando expresso no final o Yama é o mais comum. Obviamente, assim como outros casos de ortografia de nomes, o elemento Yahwístico também contém suas exceções.

[8] Aparece como Tobias em nossas traduções.

comerciais que Ṭūb-Yāma faz parte são datadas de 551 e 517 AEC. Depois deste tempo não há documento no corpus que o envolva em outras tratativas.

Finalmente, ao retomarmos o fio condutor da nossa pesquisa, é possível sugerir que os imperativos da interação cultural, conforme explicitado no estudo exegético, foram obedecidos emergencialmente pelos judaítas aqui mencionados. O documento CUSAS 28 2, datado nas primeiras décadas da deportação, atesta que as transações comerciais são praticadas por judaítas e que dentre eles há indivíduos inseridos nas estruturas administrativas do império. Assim como Bēl/ Yāhu-šarra-uur e Ṭūb-Yāma, outros judaítas procuraram, nas primeiras décadas, integrar em seu cotidiano as ordens vitais para a sobrevivência e ascensão social às margens dos rios da Babilônia.

4.3 CUSAS 28 15: Plantação de pomares

O tablete trata da lista detalhada do estimado rendimento da taxa de aluguel. Aqui, são quotas de entrega da terra da proa e evidencia a política de terra para serviço[9], após assentar as populações deportadas nas zonas rurais do império. Este documento informa a avaliação do rendimento de tâmaras em lotes de terras do rei e as tamareiras são devidas ao raburati, alto funcionário real da região. Os deportados envolvidos são judaítas que tinham recebido as terras do império como feudos de arco. Algumas destas terras foram depois divididas por herança entre os descendentes e alguns se destacaram, como será visto a posteriori, por meio de empreendimentos mais ousados.

Por intermédio do tablete CUSAS 28 15, Pearce e Wunsch (2014, p. 120) informam que uma comissão de avaliadores percorre a área cerca de um mês antes da colheita e tem os registros de dívidas pertinentes emitidos. Um dos inquilinos atua como devedor nominal de uma unidade inteira de detentores de feudos e Ahīqam aparece na negociação. Também observamos que entre as testemunhas há representantes dos dois lados da negociação: a administração babilônica e a comunidade.

4.3.1 A segunda intertextualidade: A ordem "plantai e comei do seu fruto" e o tablete CUSAS 28 15

Assim que chegavam de Judá na Babilônia, os grupos familiares recebiam suas terras, água e sementes para a sobrevivência. Os deportados tinham que lidar com os desafios agrícolas na região de Nippur. Afinal, a terra era a possível ponte de qualquer tipo de atividade empresarial, investimentos e possível ascensão social. Por isso, fazia sentido aprender muito rapidamente como lidar com esse novo território e como cultivar com eficiência na Babilônia (BERLEJUNG, 2017, p. 102).

Ao contrário da região de Judá, que se mostrava adequada para a viticultura, o clima do sul da Mesopotâmia não era particularmente adequado para o cultivo de uvas ou azeitonas. Além disso, a negligência nos primeiros anos do Império neobabilônico pode ter levado Nippur a um estado de decrepitude, que os reis caldeus eventualmente tentaram conter com o assentamento de deportados no campo e sua inclusão no sistema de terra por

[9] Para mais detalhes sobre o mundo socioeconômico dos judaítas nos séculos VI e V AEC, consultar Pedrosa (2022b, p. 4-6).

serviço (DELORME, 2019, p. 73). A agricultura no sul do Iraque é, e sempre foi baseada no cultivo de duas safras principais, cevada e tâmaras, em vez de apenas cereais.

Os jardins de tamareiras são normalmente encontrados nas zonas de irrigação mais fácil, conforme os canais de Nippur. O vocábulo "jardins", que é encontrado em Jr 29, tem relação com o aramaico gannatu em NB / LB e denota um boque de palmeiras na Babilônia (ZADOK, 2014, p. 115).

Finalmente, concluímos que pela dificuldade de adaptação com o plantio e pela ausência de capital econômico, somente pela terceira geração é que os dados sugerem que a família de Ahīqam, amplamente atestada nos documentos Al-Yāḫūdu e arredores, começará a apresentar riqueza (e, possivelmente, seu status social mais elevado) no início do governo de Ciro (PEDROSA, 2022a, ROM-SHILONI, 2017, p. 127).

4.4 A terceira intertextualidade: A ordem "tomai esposas para vossos filhos e dai vossas filhas a maridos" e sua relação com contrato na aldeia de Āl-Yāḫūdu

Noutro texto (PEDROSA, 2022a, p. 162-177), explicamos detalhadamente o conteúdo do tablete AfO 51. Agora, neste artigo, visamos apresentar diretamente alguns argumentos quanto à recepção dos judaítas à ordem de tomarem esposas para eles, seus filhos e, também, entregarem suas filhas em casamento.

O primeiro aspecto está ligado à datação do contrato, uma vez que foi realizado em 534 AEC. Três outros contratos de casamento, que se aproximam desta datação, são apresentados por Abraham (2005-2006). Eles compartilham de várias características com o contrato de casamento de Nabû-ban-ahi e Nanaya-kanat (AfO 51). Os documentos são BMA nº 26, datado em 535 AEC; BMA nº 17, datado em 542 AEC e BaAr 2 nº 5: infelizmente, o tablete encontra-se quebrado no local de sua data. O tablete BMA nº 26 é um contrato de casamento que envolve a noiva Kassa, que é filha de Oséias (nome judeu) e que se casará em Sippar com um babilônio. O casamento tem 19 testemunhas e 5 delas possuem nomes de descendência semítica ocidental, ou, especificamente, da Judeia. Dentre estas, uma com um nome javista (Abiyah). Por último, os outros dois tabletes, BMA nº 17 e BaAr 2 nº 5, não contêm nenhum nome Yahwístico. Eles fornecem, no entanto, evidências onomásticas que demonstram claramente a origem imigrante das partes envolvidas. As noivas, alguns de seus irmãos e a maioria das testemunhas tinham nomes aramaicos ou semitas ocidentais.

Portanto, se outros matrimônios ocorreram neste mesmo período, em meados do século VI, inferimos que houve uma resistência da parte dos deportados em realizá-los nas primeiras décadas da deportação[10]. Evidentemente, os judaítas introduziram-se em outros setores logo após a invasão de Judá, conforme atestado no CUSAS 28. Por outro lado, embora a maior ênfase dos imperativos relaciona-se com o casamento etnicamente marcado, pode ter havido uma discordância com esta diretriz.

Talvez, essa resistência se justifique pelo fato da área do direito da família preservar a identidade cultural de um grupo, mais do que a instância empresarial ou direito de

[10] A datação destes contratos também lança luz sobre o estudo do retorno dos judaítas para Judá. Pelos documentos, percebemos que alguns estavam estabelecendo vínculos maiores, por intermédio do casamento, ao invés de retornarem à terra dos pais.

propriedade. Afinal, o casamento é permeado por vínculos de tradição, onde a sua preservação e também aplicação são previstas por um conjunto de leis transmitidas de geração em geração. Ahn (2011, p. 138), após análises geracionais que faz dos deportados da Babilônia, afirma que os deportados da primeira geração não se casaram com esposas estrangeiras, mas permaneceram com os laços matrimoniais dentro da própria etnia.

De acordo com a terceira carta de Jr 29, encontramos uma correspondência de Semaías a Sofonias (vv. 25-28). Nela, Semaías se mostra indignado com a autonomia e prestígio que é dado a Jeremias em Jerusalém e cita os imperativos na mesma ordem que encontramos em Jr 29,5; todavia, omite os imperativos relacionados ao casamento, a busca pela prosperidade da terra e a oração pela Babilônia.

Um último exemplo diz respeito ao texto de Ed 9,12;14. Nele encontramos, explicitamente, a orientação quanto ao casamento misto. Em tom negativo, a narrativa de Ed 9,12;14 reproduz a perspectiva de Jr 29,6-7 e faz alusão a Dt 23,7. O paralelo existente entre os textos sugere-nos que procurar a paz na cidade diz respeito, também, à prática do casamento etnicamente marcado. Ed 9,12;14 vê o casamento misto como algo drástico na história de Israel e Judá. Além disso, mostra-se posterior a Jr 29,6-7 e nos leva a concluir que a oposição de suas lideranças ao casamento etnicamente marcado indica a prática (possivelmente tardia) nos impérios babilônico e persa.

Em conclusão, os contratos de casamento preservados são poucos e da aldeia de Āl-Yāḫūdu a fonte AfO 51 (ABRAHAM, 2005-2006) é a única que se tem acesso até o momento. Evidentemente, isso nos impossibilita de chegar à algumas afirmações claras sobre o casamento dos judaítas na deportação e nos permite sugerir alguns aspectos sobre o entrelaçamento cultural na área familiar.

Respeitando os limites que a própria pesquisa nos impõe, indicamos quatro proposições quanto aos casamentos dos judaítas: (1) o autor da carta enfatiza o casamento etnicamente marcado ciente de sua resistência a esta ordem; (2) O surgimento de contratos de casamento de semitas ocidentais apenas em meados do século VI AEC sugere-nos resistência aos imperativos de Jr 29,6; (3) O texto de Jr 29,25-28, omite propositalmente os imperativos relacionados ao casamento etnicamente, a busca pela prosperidade do local e a oração em prol da Babilônia (vv. 6-7), considerando essas três ordens uma profunda afronta, a ponto de nem citá-las como algo possível; e (4) em decorrência dos pontos anteriores, os imperativos a respeito do matrimônio são as últimas ordens da carta a serem obedecidas pelo judaítas.

5 Considerações finais

Neste artigo, procuramos introduzir as informações a respeitos das duas fontes que usamos nele, bíblica e extrabíblica. Depois, estreitamos a pesquisa e apresentamos os verbos elementares da carta quanto às diretrizes para a vida dos deportados às margens dos rios do império babilônico. Por conta disso, percebemos que os vv. 5-7 são ordens imediatas para comprar, plantar, casar e o resultado dessas práticas resulta na busca pela paz. Estes imperativos foram introduzidos após a "fórmula do mensageiro" (v. 4), tornando-os determinações divinas para o convívio na zona rural de Nippur. Com base nisso, destacamos de todo o corpus de Āl-Yāḫūdu seis tabletes e sugerimos uma intertextualidade em busca de reverberações de Jr 29,5-7 nos documentos cuneiformes CUSAS 28 2-4,8, 15 e AfO 51.

Os tabletes CUSAS 28 2-4 abordam uma transação econômica envolvendo dois judaítas, onde um é o devedor e o outro o credor, que cobra em nome do império. Dessa forma, percebe-se que nas primeiras décadas na Babilônia, judaítas ocupam funções na administração real e cobram impostos de seus conterrâneos. Semelhantemente, Ṭūb-Yāma é um outro judaíta ligado às funções administrativas, que também participa de transações comerciais, conforme atestado na fonte CUSAS 28 8. Ele é um membro confiável da administração real[11] que supervisiona os deportados nas terras da coroa. Ṭūb-Yāma coletava a renda de vários feudos de Āl-Yāḫūdu e as entregava ao próximo nível administrativo, o gerente da propriedade. Levando em conta estes documentos, inferimos que, possivelmente, a desigualdade social entre os judaítas foi uma realidade no exílio, a partir dos primeiros anos que assentados em aldeias na zona rural do império babilônico.

O CUSAS 28 15 demonstra que os judaítas foram integrados a outros modelos de agricultura, trabalhando com as terras reais. Pela análise de outros textos, identificamos que os mesmos colhiam cevada na primavera e tâmaras no outono. O texto de CUSAS 28 15 dialoga com a ordem da carta quanto à participação na agricultura do local. Além de sobreviver, os judaítas da terceira geração tiveram ascensão socioeconômica, por intermédio das transações comerciais.

Por último, o tablete AfO 51 parece contrariar as perspectivas apresentadas pelos tabletes acima. Em todos os anteriores, atestamos que os judaítas se integraram sem rigidez alguma nos meios socioeconômicos da Babilônia. Embora a carta nos apresente a ordem de se casarem com destaque, as fontes bíblicas de Ed 9,12;14; Jr 29, 25-28, as análises sociais das gerações e os documentos de casamentos de semitas ocidentais nos sugerem que os deportados se casavam entre si nas primeiras décadas de exílio e a terceira geração (já nascida na Babilônia), praticava o casamento etnicamente marcado.

Finalmente, com exceção do casamento etnicamente marcado, concluímos que a partir da intertextualidade entre Jr 29,5-7 e os seis tabletes de Āl-Yāḫūdu existem sólidos elementos para sugerir que a vida material dos deportados foi remodelada por um significativo entrelaçamento cultural, já nas primeiras décadas da deportação de Judá para a Babilônia. Consequentemente, a ascensão socioeconômica da segunda e terceira geração resultou dessa ressignificação e rápida abertura para o novo em terras estrangeiras, que possivelmente foram suavizadas a partir de uma correspondência de Jerusalém.

Referências

ABRAHAM, Kathleen. West Semitic and Judean brides in cuneiform sources from the sixth century BCE: new evidence from a marriage contract from Al-Yahudu. *Archiv für Orientforschung,* Spitalgasse, v. 51, p. 198-219, 2005-2006.

AHN, John. J. *Exile as Forced Migrations:* A Sociological, Literary, and Theological Approach on the Displacement and Resettlement of the Southern Kingdom of Judah. Berlin: De Gruyter, 2011.

ALLEN, Leslie C. *Jeremiah, a commentary.* Louisville: Westminster John Knox Press, 2008.

BERLEJUNG, Angelika. New life, new skills, and new friends in exile: the loss and rise of capitals of the Judeans in Babylonia. *In:* FINKELSTEIN, Israel; ROBIN, Christian; RÖMER, Thomas Orgs.).

[11] Ṭūb-Yāma também desempenhava funções administrativas, mas, diferente de Bēl-šarra-uur, não há nenhum documento que ele apareça com nome babilônico.

Alphabets, texts and artefacts in the ancient Near East: studies presented to Benjamin Sass. Paris: Van Dieren, 2017. p. 12-46.

BONS, Eberhard. Work for the Good of the city to which I Have Exiled You. Reflections on Jeremiah's Instructions to The Exiles in Jer 29:5-7. *Anales de Teologia*, *Concepción*, v. 19, n. 1, p. 7-22, 2017.

COUTURIER, Guy P. Jeremias. *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo*: Antigo Testamento. *In*- BROWNS, R. E.; FITZMYER, J. A. e MURPHY, R. E. (Eds.). Santo André/São Paulo: Academia Cristã/Paulus, 2007. p. 541-602.

DELORME, Jean-Philippe. *The Āl-Yāhrūdu Texts (ca. 572–477 BCE):* A New Window into the Life of the Judean Exilic Community of Babylonia. Indiana: Purdue University Press, 2019.

FRANCISCO, Edson de F. *Tetragrama, Teônimos e Nomina Sacra*: os nomes de Deus na Bíblia. Santo André: Kapenke, 2018.

HARRIS, R. Laird; ARCHER, Gleason; WALTKE, Bruce K. *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998.

HACKL, Johannes. Babylonian Scribal Practices in Rural Contexts: A Linguistic Survey of the Documents of Judean Exiles and West Semites in Babylonia (CUSAS 28 e BaAr 6). *In:* BERLEJUNG, Angelika.; MAEIR, Aren; SCHÜLE, Andreas (Eds.). *Wandering Arameans. Arameans Outside Syria:* Textual and Archaeological Perspectives. Wiesbaden: Harrassowitz, 2017. p. 125-140.

HOLLADAY, William L. *Léxico Hebraico e Aramaico do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2010.

JOÜON, Paul; MURAOKA, Takamitsu. *A Grammar of Biblical Hebrew.* 2. ed. Roma: Gregorian & Biblical Press, 2009.

KELLEY, Page H. *Hebraico Bíblico*: Uma Gramática Introdutória. 5. ed. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

KILPP, Nelson. A dimensão crítica do anúncio profético de salvação. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 28, n. 1, p. 9-20, 1998.

LACOMINI JUNIOR, Franco; COLLI Gelci A. A Profecia e seus meios de Propagação. *Teologia e Espiritualidade*, v. 5, n. 10. Curitiba, p. 53-66, 2018.

LAMBDIN, Thomas O. *Gramática do hebraico Bíblico*. São Paulo: Paulus, 2003.

MUELLER, Joseph W. Planting Gardens: Mesopotamian Influence on a Hebrew Trope in Jeremiah. *Journal for the Study of the Old Testament,* New York, v. 45, n. 2, p. 268-287, 2020.

OSUJI, Anthony Chinedu. *Where is the Truth?* Narrative exegesis and the question of true and false prophecy in Jer 26–29 (MT). Leuven: Peeters, 2010.

PEARCE, Laurie. "Judean": A Special Status in Neo-Babylonian and Achaemenid Babylonia? *In:* LIPSCHITS, Oded; KNOPPERS, N; OEMING, Manfred (eds.). *Judah and the Judeans in the Achaemenid Period Negotiating Identity in an International Context*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2011, p. 267-277.

PEARCE, Laurie E.; WUNSCH, Cornelia. *Documents of Judean Exiles and West Semites in Babylonia in the Collection of David Sofer.* Bethesda: CDL Press, 2014.

PEDROSA, Douglas. Novas perspectivas dos exilados na Babilônia à luz dos tablets de Āl-Yāḫūdu. *In:* CATENASSI, Fabrizio; MARIANNO, Lilia (Orgs.). *História de Israel:* Arqueologia e Bíblia. São Paulo Paulinas, 2022a, p. 171-189.

PEDROSA, Douglas. Os tabletes de Āl-Yāḫūdu: nomes Yhawísticos, ascensão socioeconômica e casamento etnicamente marcado. *Arquivo Maaravi*: *Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG,* Belo Horizonte, v. 16, n. 31, p. 1-15, 2022b. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/41388. Acesso em: 28 jan. 2023.

REDE, Marcelo. Al-Yahudu: os arquivos do exílio babilônico. *Arquivo Maaravi*: *Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG,* Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 104-120, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/23877. Acesso em: 30 jan. 2023.

ROM-SHILONI, Dalit. The untold stories: Āl-Yāḫūdu and or versus Hebrew Bible Babylonian compositions. *Welt des Orient,* Göttingen, v. 47, n. 1, p. 124-34, 2017.

SHULMAN, Ahouva. Imperative and Second Person Indicative Forms in Biblical Hebrew Prose. *Hebrew Studies*, United States, v. 42, p. 271-287, 2001.

SILVA, Cássio Murilo D. da. *Metodologia de Exegese Bíblica.* São Paulo: Paulinas, 2009.

VIEIRA, João Pedro. *Beber do Nilo ou do Eufrates?* O papel (do livro) de Jeremias na legitimação do imperium neobabilónico em Judá. Coimbra: Universidade Coimbra, 2019.

WAERZEGGARS, Caroline. Review Article: Documents of Judean Exiles and West Semites. *In* Babylonia. *Strata: Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society*, London, v. 33, p. 179-194, 2015.

ZADOK, Ran. Judeans in Babylonia – Updating the Dossier. *In:* GABBAY, Uri; SECUNDA, Shai (Eds.). *Encounters by the Rivers of Babylon.* Tübingen: Mohr Siebeck, 2014. p. 109-129.